



# Sumário

Nota à 22ª edição, xxiii

Nota à 21ª edição, xxvii

Nota à 20ª edição, xxix

Nota introdutória, xxxi

## 1 ORIGEM, OBJETO E CONCEITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO, 1

- 1.1 Formação do Direito Administrativo, 1
- 1.2 Contribuição do direito francês, 4
- 1.3 Direito administrativo alemão, 8
- 1.4 Direito administrativo italiano, 10
- 1.5 Direito administrativo anglo-americano, 11
- 1.6 Direito administrativo brasileiro, 20
- 1.7 O direito administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística e da *common law*, 22
- 1.8 Tendências atuais do direito administrativo brasileiro, 27
- 1.9 Objeto do Direito Administrativo, 39
  - 1.9.1 Escola legalista, exegética, empírica ou caótica, 41
  - 1.9.2 Direito administrativo e ciência da administração, 41
  - 1.9.3 Critério técnico-científico de estudo do Direito Administrativo, 42
- 1.10 Conceito de Direito Administrativo, 43
  - 1.10.1 Escola do serviço público, 43
  - 1.10.2 Critério do Poder Executivo, 44
  - 1.10.3 Critério das relações jurídicas, 45
  - 1.10.4 Critério teleológico, 45
  - 1.10.5 Critério negativo ou residual, 45
  - 1.10.6 Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado, 46
  - 1.10.7 Critério da Administração Pública, 46
  - 1.10.8 Nossa definição, 47

## 2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 48

- 2.1 O vocábulo *administração*, 48
- 2.2 A expressão *Administração Pública*, 49
- 2.3 Administração Pública e governo, 50
  - 2.3.1 Aspecto objetivo, 50
  - 2.3.2 Aspecto subjetivo, 51
- 2.4 Administração Pública em sentido estrito, 54

- 2.5 Administração Pública em sentido objetivo, 54
- 2.6 Administração Pública em sentido subjetivo, 57

### **3 REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, 59**

- 3.1 Regimes público e privado na administração pública, 59
- 3.2 Regime jurídico-administrativo, 60
- 3.3 Princípios da administração pública, 62
  - 3.3.1 Legalidade, 63
  - 3.3.2 Supremacia do interesse público, 64
  - 3.3.3 Impessoalidade, 67
  - 3.3.4 Presunção de legitimidade ou de veracidade, 68
  - 3.3.5 Especialidade, 68
  - 3.3.6 Controle ou tutela, 69
  - 3.3.7 Autotutela, 69
  - 3.3.8 Hierarquia, 70
  - 3.3.9 Continuidade do serviço público, 70
  - 3.3.10 Publicidade, 71
  - 3.3.11 Moralidade administrativa, 75
  - 3.3.12 Razoabilidade e proporcionalidade, 78
  - 3.3.13 Motivação, 80
  - 3.3.14 Eficiência, 82
  - 3.3.15 Segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé, 83
    - 3.3.15.1 Segurança jurídica, 84
    - 3.3.15.2 Proteção à confiança, 85
    - 3.3.15.3 Boa-fé, 86
    - 3.3.15.4 Aplicação dos princípios da segurança jurídica, boa-fé e proteção à confiança, 87
- 3.4 Poderes da Administração, 88
  - 3.4.1 Normativo, 89
  - 3.4.2 Disciplinar, 93
  - 3.4.3 Decorrentes da hierarquia, 94

### **4 SERVIÇOS PÚBLICOS, 98**

- 4.1 Conceito, 98
  - 4.1.1 Serviço público em sentido amplo, 98
  - 4.1.2 Serviço público em sentido restrito, 99
  - 4.1.3 Evolução, 100
  - 4.1.4 Conclusões quanto ao conceito, 101
- 4.2 Elementos da definição, 102
  - 4.2.1 Elemento subjetivo, 102
  - 4.2.2 Elemento formal, 103
  - 4.2.3 Elemento material, 104
- 4.3 A pretensa crise na noção de serviço público, 105
- 4.4 Princípios, 107
- 4.5 Classificação, 109

### **5 PODER DE POLÍCIA, 114**

- 5.1 Introdução, 114
- 5.2 Evolução, 115
- 5.3 Conceito, 116
- 5.4 Polícia administrativa e judiciária, 118
- 5.5 Meios de atuação, 119
- 5.6 Características, 119
- 5.7 Limites, 122

**6 RESTRIÇÕES DO ESTADO SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA, 123**

- 6.1 Evolução, 123
- 6.2 Modalidades, 124
- 6.3 Fundamento, 125
- 6.4 Função social da propriedade, 127
- 6.5 Limitações administrativas, 130
- 6.6 Ocupação temporária, 133
- 6.7 Requisição administrativa, 135
- 6.8 Tombamento, 137
  - 6.8.1 Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 137
  - 6.8.2 Conceito e características, 138
  - 6.8.3 Objeto, 139
  - 6.8.4 Modalidades, 140
  - 6.8.5 Procedimento, 141
  - 6.8.6 Efeitos, 143
  - 6.8.7 Natureza jurídica, 146
- 6.9 Servidão administrativa, 147
  - 6.9.1 Servidão na teoria geral do direito, 147
  - 6.9.2 Servidão de direito privado e de direito público, 148
  - 6.9.3 Servidão administrativa e limitação administrativa, 149
  - 6.9.4 Conceito, 150
  - 6.9.5 Forma de constituição, 150
  - 6.9.6 Extinção, 152
  - 6.9.7 Direito à indenização, 153
  - 6.9.8 Modalidades, 154
    - 6.9.8.1 Servidão sobre terrenos marginais, 154
    - 6.9.8.2 Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos, 154
    - 6.9.8.3 Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional, 154
    - 6.9.8.4 Servidão em torno de aeródromos e heliportos, 155
    - 6.9.8.5 Servidão militar, 155
    - 6.9.8.6 Servidão de aqueduto, 156
    - 6.9.8.7 Servidão de energia elétrica, 156
- 6.10 Desapropriação, 157
  - 6.10.1 Evolução no direito brasileiro, 157
  - 6.10.2 Conceito, 159
  - 6.10.3 Modalidades de desapropriação sancionatória, 159
  - 6.10.4 Procedimento, 163
  - 6.10.5 Sujeitos ativo e passivo, 167
  - 6.10.6 Pressupostos, 168
  - 6.10.7 Objeto, 170
  - 6.10.8 Indenização, 172
  - 6.10.9 Natureza jurídica, 177
  - 6.10.10 Imissão provisória na posse, 179
  - 6.10.11 Destino dos bens desapropriados, 181
  - 6.10.12 Desapropriação indireta, 184
  - 6.10.13 Retrocessão, 185

**7 ATOS ADMINISTRATIVOS, 190**

- 7.1 Fatos da administração, 190
- 7.2 Atos da administração, 190
- 7.3 Origem da expressão, 191
- 7.4 Conceito, 192

- 7.5 Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos, 196
- 7.6 Atributos, 197
  - 7.6.1 Presunção de legitimidade e veracidade, 197
  - 7.6.2 Imperatividade, 200
  - 7.6.3 Autoexecutoriedade, 200
  - 7.6.4 Tipicidade, 201
- 7.7 Elementos, 202
  - 7.7.1 Sujeito, 203
  - 7.7.2 Objeto, 206
  - 7.7.3 Forma, 207
  - 7.7.4 Finalidade, 209
  - 7.7.5 Motivo, 210
- 7.8 Discricionariedade e vinculação, 211
  - 7.8.1 Conceito, 211
  - 7.8.2 Justificação, 212
  - 7.8.3 Âmbito de aplicação da discricionariedade, 213
  - 7.8.4 Legalidade e mérito do ato administrativo, 216
  - 7.8.5 Limites da discricionariedade e controle pelo Poder Judiciário, 217
- 7.9 Classificação, 219
- 7.10 Atos administrativos em espécie, 225
  - 7.10.1 Quanto ao conteúdo, 226
    - 7.10.1.1 Autorização, 226
    - 7.10.1.2 Licença, 228
    - 7.10.1.3 Admissão, 228
    - 7.10.1.4 Permissão, 229
    - 7.10.1.5 Aprovação, 229
    - 7.10.1.6 Homologação, 230
    - 7.10.1.7 Parecer, 230
    - 7.10.1.8 Visto, 232
  - 7.10.2 Quanto à forma, 233
    - 7.10.2.1 Decreto, 233
    - 7.10.2.2 Resolução e portaria, 233
    - 7.10.2.3 Circular, 234
    - 7.10.2.4 Despacho, 234
    - 7.10.2.5 Alvará, 235
- 7.11 Extinção, 235
  - 7.11.1 Modalidades, 235
  - 7.11.2 Anulação ou invalidação, 236
    - 7.11.2.1 Conceito, efeitos e natureza, 236
    - 7.11.2.2 Vícios: peculiaridades no direito administrativo, 237
    - 7.11.2.3 Vícios relativos ao sujeito, 238
    - 7.11.2.4 Vícios relativos ao objeto, 241
    - 7.11.2.5 Vícios relativos à forma, 241
    - 7.11.2.6 Vícios quanto ao motivo, 242
    - 7.11.2.7 Vícios relativos à finalidade, 242
    - 7.11.2.8 Consequências decorrentes dos vícios, 243
    - 7.11.2.9 Atos administrativos nulos e anuláveis, 245
    - 7.11.2.10 Convalidação, 245
    - 7.11.2.11 Confirmação, 248
  - 7.11.3 Revogação, 249

## **8 CONTRATO ADMINISTRATIVO, 251**

- 8.1 Contratos da administração, 251
- 8.2 Divergências doutrinárias, 251

- 8.3 O contrato administrativo como espécie do gênero contrato, 253
- 8.4 Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado, 256
- 8.5 Direito positivo, 259
  - 8.5.1 Normas constitucionais, 259
  - 8.5.2 Legislação ordinária, 259
- 8.6 Características dos contratos administrativos, 261
  - 8.6.1 Presença da Administração Pública como Poder Público, 261
  - 8.6.2 Finalidade pública, 261
  - 8.6.3 Obediência à forma prescrita em lei, 262
  - 8.6.4 Procedimento legal, 266
  - 8.6.5 Contrato de adesão, 267
  - 8.6.6 Natureza *intuitu personae*, 267
  - 8.6.7 Presença das cláusulas exorbitantes, 267
    - 8.6.7.1 Exigência de garantia, 268
    - 8.6.7.2 Alteração unilateral, 268
    - 8.6.7.3 Rescisão unilateral, 270
    - 8.6.7.4 Fiscalização, 271
    - 8.6.7.5 Aplicação de penalidades, 272
    - 8.6.7.6 Anulação, 273
    - 8.6.7.7 Retomada do objeto, 274
    - 8.6.7.8 Restrições ao uso da *exceptio non adimpleti contractus*, 274
  - 8.6.8 Mutabilidade, 275
    - 8.6.8.1 Álea administrativa: alteração unilateral do contrato, 278
    - 8.6.8.2 Álea administrativa: fato do príncipe, 279
    - 8.6.8.3 Álea administrativa: fato da administração, 279
    - 8.6.8.4 Álea econômica: teoria da imprevisão, 282
- 8.7 Rescisão do contrato administrativo, 285
- 8.8 Modalidades de contratos administrativos, 286
  - 8.8.1 Concessão, 286
    - 8.8.1.1 Conceito e modalidades, 286
    - 8.8.1.2 Natureza jurídica, 289
    - 8.8.1.3 Concessão de serviço público, 291
      - 8.8.1.3.1 Evolução, 291
      - 8.8.1.3.2 Conceito e características, 293
      - 8.8.1.3.3 Concessão, permissão e autorização de serviço público, 300
    - 8.8.1.4 Parcerias público-privadas, 303
      - 8.8.1.4.1 Direito positivo, 303
      - 8.8.1.4.2 Conceito e modalidades, 305
      - 8.8.1.4.3 Concessão patrocinada, 306
      - 8.8.1.4.4 Concessão administrativa, 310
      - 8.8.1.4.5 Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa, 313
      - 8.8.1.4.6 Da licitação, 315
      - 8.8.1.4.7 Normas aplicáveis apenas à União, 321
    - 8.8.1.5 Concessão de obra pública, 326
    - 8.8.1.6 Concessão de uso, 327
  - 8.8.2 Contratos de obra pública e de prestação de serviços, 327
    - 8.8.2.1 Empreitada, 330
    - 8.8.2.2 Administração contratada, 332
    - 8.8.2.3 Tarefa, 332
  - 8.8.3 Contrato de fornecimento, 332
- 8.9 Contrato de gestão, 333
- 8.10 Convênio, 336
- 8.11 Consórcio administrativo, 341

8.12 Terceirização, 343

**9 LICITAÇÃO, 350**

- 9.1 Conceito, 350
- 9.2 Direito positivo, 351
- 9.3 Princípios, 353
  - 9.3.1 Princípio da igualdade, 355
  - 9.3.2 Princípio da legalidade, 357
  - 9.3.3 Princípio da impessoalidade, 358
  - 9.3.4 Princípio da moralidade e da probidade, 358
  - 9.3.5 Princípio da publicidade, 359
  - 9.3.6 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 360
  - 9.3.7 Princípio do julgamento objetivo, 360
  - 9.3.8 Princípio da adjudicação compulsória, 361
  - 9.3.9 Princípio da ampla defesa, 362
- 9.4 Obrigatoriedade de licitação, 362
- 9.5 Dispensa e inexigibilidade, 364
- 9.6 Modalidades, 378
  - 9.6.1 Concorrência, 381
  - 9.6.2 Tomada de preços, 382
  - 9.6.3 Convite, 384
  - 9.6.4 Concurso, 385
  - 9.6.5 Leilão, 386
  - 9.6.6 Pregão, 386
- 9.7 Procedimento, 387
  - 9.7.1 Procedimento da concorrência, 388
    - 9.7.1.1 Edital, 389
    - 9.7.1.2 Habilitação, 390
    - 9.7.1.3 Classificação, 395
    - 9.7.1.4 Homologação, 399
    - 9.7.1.5 Adjudicação, 399
  - 9.7.2 Procedimento da tomada de preços, 400
  - 9.7.3 Procedimento do convite, 401
  - 9.7.4 Procedimento do concurso, 401
  - 9.7.5 Procedimento do leilão, 401
  - 9.7.6 Procedimento do pregão, 402
- 9.8 Anulação e revogação, 406
- 9.9 Recursos administrativos, 407

**10 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, 409**

- 10.1 Descentralização, 409
  - 10.1.1 Descentralização e desconcentração, 409
  - 10.1.2 Descentralização política e administrativa, 409
  - 10.1.3 Modalidades de descentralização administrativa, 410
    - 10.1.3.1 Descentralização territorial, 410
    - 10.1.3.2 Descentralização por serviços, 411
    - 10.1.3.3 Descentralização por colaboração, 413
  - 10.1.4 Evolução, 414
  - 10.1.5 A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro, 416
    - 10.1.5.1 A confusão do legislador, 416
    - 10.1.5.2 A expressão Administração Indireta na Constituição, 420
- 10.2 Entidades da Administração Indireta, 421
  - 10.2.1 Modalidades e natureza jurídica, 421
  - 10.2.2 Regime jurídico, 422

- 10.3 Autarquias, 426
    - 10.3.1 O vocábulo *autarquia*, 426
    - 10.3.2 Evolução no direito brasileiro, 427
    - 10.3.3 Conceito e características, 428
    - 10.3.4 Posição perante a administração pública e terceiros, 429
    - 10.3.5 Classificação, 430
  - 10.4 Fundação, 433
    - 10.4.1 Natureza jurídica e conceito, 433
    - 10.4.2 Fundação de direito privado, 435
    - 10.4.3 Direito positivo brasileiro, 438
    - 10.4.4 Fundação de direito público, 441
  - 10.5 Empresas estatais, 442
    - 10.5.1 Alcance da expressão, 442
    - 10.5.2 Distinção quanto ao tipo de atividade, 443
    - 10.5.3 Sociedade de economia mista e empresa pública, 445
      - 10.5.3.1 Traços comuns, 445
      - 10.5.3.2 Traços distintivos, 449
  - 10.6 Normas comuns às entidades da administração indireta, 452
  - 10.7 Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas, 459
  - 10.8 Natureza jurídica dos bens das entidades da Administração Indireta, 460
  - 10.9 Agências, 462
    - 10.9.1 Considerações gerais, 462
    - 10.9.2 Agência executiva, 464
    - 10.9.3 Agência reguladora, 466
  - 10.10 Consórcio público, 472
    - 10.10.1 Considerações gerais, 472
    - 10.10.2 Conceito e natureza jurídica, 475
    - 10.10.3 Constituição, alteração e extinção do consórcio, 477
    - 10.10.4 Contratos de rateio, 480
    - 10.10.5 Contratos de programa e convênios de cooperação, 481
  - 10.11 Controle administrativo ou tutela das entidades da Administração Indireta, 484
- 11 ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR, 488**
- 11.1 As expressões *entidade paraestatal* e *terceiro setor*, 488
  - 11.2 Serviços sociais autônomos, 491
  - 11.3 Entidades de apoio, 492
  - 11.4 Organizações sociais, 495
  - 11.5 Organização da sociedade civil de interesse público, 499
- 12 ÓRGÃOS PÚBLICOS, 504**
- 12.1 Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos, 504
  - 12.2 Conceito, 505
  - 12.3 Natureza, 506
  - 12.4 Classificação, 507
- 13 SERVIDORES PÚBLICOS, 509**
- 13.1 Terminologia, 509
  - 13.2 Agentes públicos, 510
    - 13.2.1 Agentes políticos, 510
    - 13.2.2 Servidores públicos, 512
    - 13.2.3 Militares, 515
    - 13.2.4 Particulares em colaboração com o Poder Público, 516
  - 13.3 Cargo, emprego e função, 517
  - 13.4 Normas constitucionais, 520

- 13.4.1 Regime jurídico do servidor, 520
- 13.4.2 Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas, 521
- 13.4.3 Condições de ingresso, 522
- 13.4.4 Sistema remuneratório dos servidores públicos, 529
  - 13.4.4.1 Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento, 530
  - 13.4.4.2 Regime de subsídios, 533
    - 13.4.4.2.1 Agentes públicos em regime de subsídio, 535
    - 13.4.4.2.2 Competência para fixação e alteração dos subsídios, 536
    - 13.4.4.2.3 Subsídios para os servidores organizados em carreira, 537
  - 13.4.4.3 Normas comuns à remuneração e aos subsídios, 538
    - 13.4.4.3.1 Fixação e alteração da remuneração e do subsídio, 538
    - 13.4.4.3.2 Teto das remunerações e subsídios, 539
    - 13.4.4.3.3 Irredutibilidade de remuneração e subsídio, 543
- 13.4.5 Direito de greve e de livre associação sindical, 544
- 13.4.6 Proibição de acumulação de cargos, 547
- 13.4.7 Aposentadoria, 551
  - 13.4.7.1 Regime previdenciário, 551
  - 13.4.7.2 Princípios da reforma previdenciária, 552
  - 13.4.7.3 Regimes previdenciários diferenciados, 554
  - 13.4.7.4 Modalidades de aposentadoria, 559
  - 13.4.7.5 Valor dos proventos de aposentadoria e pensões, 566
  - 13.4.7.6 Disposições transitórias, 567
  - 13.4.7.7 Previdência complementar, 571
  - 13.4.7.8 Contagem de tempo para aposentadoria, 572
  - 13.4.7.9 Aspectos polêmicos da reforma previdenciária, 574
- 13.4.8 Estabilidade, 591
- 13.4.9 Afastamento para exercício de mandato eletivo, 594
- 13.4.10 Direitos sociais, 595
- 13.4.11 Limites de despesa com pessoal, 596
- 13.5 Provimento, 600
- 13.6 Vacância, 605
- 13.7 Direitos e deveres, 605
- 13.8 Responsabilidade, 608
  - 13.8.1 Responsabilidade civil, 608
  - 13.8.2 Responsabilidade administrativa, 610
  - 13.8.3 Responsabilidade penal, 611
  - 13.8.4 Comunicabilidade de instâncias, 612

## 14 PROCESSO ADMINISTRATIVO, 618

- 14.1 Processos estatais, 618
- 14.2 Processo administrativo, 619
- 14.3 Processo e procedimento, 620
- 14.4 Modalidades, 621
- 14.5 Princípios, 624
  - 14.5.1 Princípio da publicidade, 624
  - 14.5.2 Princípio da oficialidade, 625
  - 14.5.3 Princípio da obediência à forma e aos procedimentos, 626
  - 14.5.4 Princípio da gratuidade, 627
  - 14.5.5 Princípio da ampla defesa e do contraditório, 627
  - 14.5.6 Princípio da atipicidade, 629
  - 14.5.7 Princípio da pluralidade de instâncias, 630



- 14.5.8 Princípio da economia processual, 631
- 14.5.9 Princípio da participação popular, 632
- 14.6 Processo administrativo disciplinar, 634
- 14.7 Processo sumário, 636
  - 14.7.1 Sindicância, 636
  - 14.7.2 Verdade sabida, 637
- 15 RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO, 638**
  - 15.1 Delimitação do tema, 638
  - 15.2 Evolução, 639
    - 15.2.1 Teoria da irresponsabilidade, 640
    - 15.2.2 Teorias civilistas, 640
    - 15.2.3 Teorias publicistas, 641
  - 15.3 Direito positivo brasileiro, 644
  - 15.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade, 648
  - 15.5 Responsabilidade do Estado por omissão, 650
  - 15.6 Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos, 653
  - 15.7 Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais, 658
  - 15.8 Reparação do dano, 660
- 16 BENS PÚBLICOS, 665**
  - 16.1 Evolução, 665
  - 16.2 Classificação, 666
  - 16.3 Bens do domínio público do Estado, 668
    - 16.3.1 Conceito, 668
    - 16.3.2 Natureza jurídica, 670
    - 16.3.3 Modalidades, 671
    - 16.3.4 Regime jurídico, 672
  - 16.4 Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais, 674
    - 16.4.1 Conceito, 674
    - 16.4.2 Características, 674
    - 16.4.3 Regime jurídico, 675
  - 16.5 Alienação, 680
    - 16.5.1 Alienação dos bens de uso comum e de uso especial, 680
    - 16.5.2 Alienação dos bens dominicais, 681
  - 16.6 Uso de bem público por particular, 685
    - 16.6.1 Uso normal e uso anormal, 685
    - 16.6.2 Uso comum, 686
    - 16.6.3 Uso privativo, 688
      - 16.6.3.1 Conceito e características, 688
      - 16.6.3.2 Instrumentos estatais de outorga de uso privativo, 690
      - 16.6.3.3 Autorização, permissão e concessão, 690
      - 16.6.3.4 Institutos de direito privado, 696
      - 16.6.3.5 Tutela do uso privativo, 700
  - 16.7 Formação do patrimônio público, 702
  - 16.8 Bens públicos em espécie, 705
    - 16.8.1 Direito positivo, 705
    - 16.8.2 Terrenos reservados, 705
    - 16.8.3 Terrenos de marinha e seus acrescidos, 709
    - 16.8.4 Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, 710
    - 16.8.5 Terras devolutas, 711
      - 16.8.5.1 Evolução da propriedade rural no Brasil, 711
      - 16.8.5.2 Conceito e natureza jurídica, 714
      - 16.8.5.3 Titularidade, 715

- 16.8.5.4 Processo de discriminação, 716
- 16.8.6 Faixa de fronteira, 718
- 16.8.7 Ilhas, 719
- 16.8.8 Águas públicas, 719
- 16.8.9 Minas e jazidas, 721
  - 16.8.9.1 Conceito, 721
  - 16.8.9.2 Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas, 722
  - 16.8.9.3 Evolução no direito brasileiro, 722
  - 16.8.9.4 Sistema atual, 723

## 17 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 724

- 17.1 Conceito e abrangência, 724
- 17.2 Espécies, 725
- 17.3 Controle administrativo, 726
  - 17.3.1 Conceito e alcance, 726
  - 17.3.2 Recursos administrativos, 727
    - 17.3.2.1 Conceito, efeitos e fundamento, 727
    - 17.3.2.2 Modalidades, 729
    - 17.3.2.3 Coisa julgada administrativa, 735
    - 17.3.2.4 Prescrição administrativa, 736
- 17.4 Controle legislativo, 739
  - 17.4.1 Alcance, 739
  - 17.4.2 Controle político, 739
  - 17.4.3 Controle financeiro, 741
- 17.5 Controle judicial, 743
  - 17.5.1 Sistema de unidade de jurisdição, 743
  - 17.5.2 Limites, 744
  - 17.5.3 Privilégios da Administração Pública, 745
  - 17.5.4 Meios de controle, 754
    - 17.5.4.1 *Habeas corpus*, 755
    - 17.5.4.2 *Habeas data*, 756
    - 17.5.4.3 Mandado de injunção, 760
      - 17.5.4.3.1 Controvérsias quanto à origem, 760
      - 17.5.4.3.2 Controvérsias quanto ao objeto, 762
      - 17.5.4.3.3 Nossa opinião, 764
      - 17.5.4.3.4 Pressupostos, 765
      - 17.5.4.3.5 Competência, 766
    - 17.5.4.4 Mandado de segurança individual, 766
      - 17.5.4.4.1 Origem, 766
      - 17.5.4.4.2 Conceito e pressupostos, 767
      - 17.5.4.4.3 Restrições, 771
      - 17.5.4.4.4 Anotações quanto ao processo, 775
      - 17.5.4.4.5 Prazo, 781
    - 17.5.4.5 Mandado de segurança coletivo, 782
    - 17.5.4.6 Ação popular, 786
      - 17.5.4.6.1 Evolução, 786
      - 17.5.4.6.2 Conceito e pressupostos, 787
      - 17.5.4.6.3 Sujeito ativo e passivo, 790
      - 17.5.4.6.4 Posição do Ministério Público, 792
      - 17.5.4.6.5 Objeto, 793
      - 17.5.4.6.6 Anotações quanto ao processo, 794
  - 17.5.4.7 Ação civil pública, 796
    - 17.5.4.7.1 Origem e evolução, 796

- 17.5.4.7.2 Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo, 797
- 17.5.4.7.3 Pressupostos e conceito, 797
- 17.5.4.7.4 Sujeito ativo e passivo, 799
- 17.5.4.7.5 Funções do Ministério Público, 800
- 17.5.4.7.6 Objeto, 801
- 17.5.4.7.7 Anotações quanto ao processo, 801

## **18 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 803**

- 18.1 Legalidade, moralidade e probidade, 803
- 18.2 Evolução no direito positivo, 806
- 18.3 Lei de Improbidade Administrativa, 810
  - 18.3.1 Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível, 810
  - 18.3.2 Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa, 812
  - 18.3.3 Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa, 813
    - 18.3.3.1 Sujeito passivo, 813
    - 18.3.3.2 Sujeito ativo, 815
    - 18.3.3.3 Ocorrência de ato danoso, 820
    - 18.3.3.4 Elemento subjetivo: dolo ou culpa, 823
  - 18.3.4 Sanções, 824
  - 18.3.5 Procedimento administrativo, 827
  - 18.3.6 Ação judicial de improbidade administrativa, 827

*Bibliografia*, 831

*Índice remissivo*, 841